



Relatório do estudo: Opinião Pública sobre Políticas que Promovem a Proteína Vegetal em Portugal



Autoria e análise:

Daniel Pais, Investigador NECE-UBI, Universidade da Beira Interior

Tiago Afonso, Investigador NECE-UBI, Universidade da Beira Interior

Com contributos de:

Joana Oliveira

Design e paginação:

Joana Magalhães



Sumário Executivo

O presente estudo, conduzido pelo Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais (NECE) do Departamento de Gestão e Economia da Universidade da Beira Interior (DGE-UBI), visa avaliar a opinião pública portuguesa relativamente às 15 recomendações políticas propostas pelo projeto **Proteína Verde** e elaboradas pela ProVeg Portugal, em parceria com as organizações ZERO, GEOTA e ASPEA. Estas recomendações têm como objetivo promover um sistema alimentar mais sustentável e ecológico, que promove a proteína vegetal e contribui para a redução do impacto ambiental, melhoria da saúde pública e autossuficiência alimentar.

O questionário realizado avaliou três características para cada política recomendada: **nível de concordância, percepção de importância, e facilidade de implementação**. Os resultados indicam um forte apoio geral da população às medidas propostas, com a maioria das políticas a receber alta concordância e percepção de importância. No entanto, a facilidade de implementação varia significativamente entre as medidas.

Medidas informativas e educacionais são vistas como as mais apoiadas e fáceis de implementar. Por outro lado, políticas que podem implicar impactos negativos na indústria agropecuária, como impostos a alimentos de origem animal, mecanismos prioritários de aquisição de terras para produção de leguminosas, e conversão gradual de pecuária para cultivo vegetal, apresentam menos apoio, possivelmente devido à falta de informação. Políticas que requerem conhecimento técnico especializado ou mudanças estruturais profundas são consideradas mais difíceis de implementar, sugerindo a necessidade de maior investimento em educação, consciencialização, capacitação e infraestrutura.

Conclui-se que o foco deve ser em medidas com alta concordância e importância, mas relativamente fáceis de implementar, tais como as de carácter informativo e educacional. Um maior investimento em informação e educação ambiental poderá facilitar a posterior aceitação e implementação das políticas mais complexas, promovendo um sistema alimentar mais sustentável e saudável.

1. Introdução

A cadeia de abastecimento alimentar é responsável por 25% das emissões de gases com efeito de estufa, 70% do consumo de água doce e 40% da utilização de terras globais, com impactos ambientais e de saúde significativos¹. No entanto, uma alimentação que privilegia fontes de proteína de origem vegetal pode reduzir as emissões individuais relacionadas com a alimentação em até 50%² e, globalmente, diminuir as emissões alimentares em até 70%, até 2050³. Dietas ricas em alimentos de origem vegetal podem também reduzir em metade a pegada hídrica⁴ e, se todos adotassem uma alimentação de base vegetal, reduzir-se-ia em 75% o uso global de terras agrícolas⁵. Para além das melhorias na saúde planetária, por via da mitigação dos impactos ambientais, um maior consumo de alimentos de origem vegetal também beneficia a saúde humana. Entre outros, uma maior adesão a dietas de base vegetal está associada a um menor risco de diabetes tipo 2, doença coronária, alguns tipos de cancro e mortalidade por todas as causas.^{6,7}

Este estudo, produzido por investigadores do Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais (NECE), do Departamento de Gestão e Economia da Universidade da Beira Interior (DGE-UBI), no âmbito de políticas públicas focadas no sector agroalimentar, tem como objetivo compreender a opinião pública da sociedade portuguesa a respeito das 15 recomendações políticas propostas pela ProVeg Portugal, em parceria com as organizações ZERO, GEOTA e ASPEA, no âmbito do projeto Proteína Verde⁸ (proteinaverde.pt) e, em particular, do documento intitulado de Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal.

Estas recomendações visam promover um sistema alimentar mais sustentável e ecológico, que privilegia fontes de proteína de origem vegetal, contribuindo assim para a redução do impacto ambiental, da sobre-exploração de recursos naturais, mas também para a melhoria da saúde pública.

Isto vai ao encontro dos objetivos de promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis da União Europeia e dos seus membros, a respeito do sistema agroalimentar. Um recente relatório⁹, focado em recomendações para as áreas da agricultura e alimentação e dirigido à Comissão Europeia, aponta para a necessidade de adotar políticas públicas

1. Poore, J., & Nemecek, T. (2018). Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science*, 360(6392), 987–992. <https://doi.org/10.1126/science.aag0216>

2. Hallström, E., et al. (2015). Environmental impact of dietary change: a systematic review. *Journal of Cleaner Production* 91 1–11. doi:<http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.12.008>

3. Springmann, M., et al. (2016). Analysis and valuation of the health and climate change cobenefits of dietary change. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113(15), 4146–4151. doi:10.1073/pnas.1523119113

4. Vanham, D., et al. (2018). The water footprint of different diets within European sub-national geographical entities. *Nat Sustain* 1, 518–525. <https://doi.org/10.1038/s41893-018-0133-x>

5. Poore, J. & Nemecek, T. (2018). Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science* 360(6392), 987–992. doi:10.1126/science.aag0216

6. Liu, J., et al. (2024). Emerging EAT-Lancet planetary health diet is associated with major cardiovascular diseases and all-cause mortality: A global systematic review and meta-analysis. *Clinical Nutrition*, 43(12), 167-179. <https://doi.org/10.1016/j.clnu.2024.10.021>

7. Zhao, Y., et al. (2022). The Relationship Between Plant-Based Diet and Risk of Digestive System Cancers: A Meta-Analysis Based on 3,059,009 Subjects. *Front. Public Health* 10:892153. doi: 10.3389/fpubh.2022.892153

8. Para mais informações sobre o projeto, consultar o [Plano Nacional de Promoção à Proteína Vegetal](#) (2023).

9. Para mais informações, consultar o relatório [Strategic Dialogue on the Future of EU Agriculture](#) (2024).

que promovam escolhas alimentares balanceadas, menos intensivas em recursos, mais saudáveis, acessíveis, económicas e atrativas. Segundo o relatório, a tendência na União Europeia é de redução do consumo de alimentos de origem animal e aumento no interesse pela proteína de base vegetal. O relatório aponta que é crucial promover esta tendência e auxiliar os consumidores a materializar esta diversificação, recomendando que a Comissão Europeia desenvolva, até 2026, um **Plano de Ação de Alimentos de Base Vegetal**, com o objetivo de fortalecer as cadeias agroalimentares destes alimentos.

Neste questionário, foi avaliada a opinião de participantes a respeito das seguintes características para cada uma das políticas recomendadas:

- **Nível de concordância;**
- **Perceção de importância;**
- **Facilidade de implementação.**

A análise da informação recolhida permitiu aos investigadores perceber a receptividade global da sociedade portuguesa a cada uma das políticas recomendadas, resultando num relatório de acesso livre, de suporte aos decisores políticos.

Os **Principais Resultados** demonstram, de uma forma geral, um **forte apoio da população a medidas que promovam um sistema alimentar mais focado em proteínas de origem vegetal**. A maioria das medidas propostas recebeu altos níveis de concordância e importância. Isto indica um forte apoio da sociedade portuguesa a iniciativas que promovam a sustentabilidade alimentar e a redução do impacto ambiental, por via do aumento de produção e do consumo de alimentos de origem vegetal. A aceitação significativa das políticas sugere que a população está consciente da necessidade de diversificação do sistema alimentar atual. Porém, o nível de facilidade de implementação apresenta níveis mais baixos e variações mais significativas entre as medidas. Medidas de partilha de informação e educação destacam-se como as mais apoiadas e consideradas de fácil implementação pela população.

As **Conclusões e Recomendações** apontam primeiramente para a necessidade de foco em medidas com alta concordância e importância, mas que também sejam relativamente fáceis de implementar, como medidas do tipo informativo e educacional. Medidas associadas a um impacto negativo na indústria da agropecuária, como o desconto das externalidades e a conversão gradual de pecuária para cultivo vegetal, apresentam menos apoio, o que pode ser devido à falta de informação e desconhecimento destas temáticas. Políticas que envolvem conhecimento técnico especializado ou que requerem mudanças estruturais profundas foram vistas como mais difíceis de implementar. Isso pode indicar que estas medidas estão associadas a uma maior necessidade de investimento em educação e capacitação, bem como em infraestrutura, para facilitar a transição. Nesse sentido, o foco em garantir mais informação e educação ambiental pode ter um impacto positivo não só para a diversificação alimentar sugerida, mas também para promover as medidas que carecem de apoio devido à sua complexidade e/ou a percepções erradas sobre o seu impacto e efeito.

2. Metodologia

O relatório utiliza dados primários coletados por meio de um questionário transversal online¹⁰. De agosto a dezembro de 2023, foram coletadas 933 respostas completas, das quais 59 foram descartadas por inconsistências nas respostas ao longo do questionário. Foi construída uma amostra de 874.

Posteriormente, para garantir uma amostra representativa dos consumidores em Portugal, procedeu-se à amostragem por quotas tendo em conta o sexo, a idade, a região, e a escolaridade dos participantes. Tirando partido de um algoritmo que escolhe aleatoriamente as respostas com base no constrangimento de otimização da representatividade, considerando a demografia referida, foi construída uma subamostra representativa de consumidores portugueses ativos com um total de 385 respostas. Seguindo a Tabela 1, a subamostra é representativa da população portuguesa por sexo, idade, e região, com uma demografia ligeiramente mais escolarizada, comum em questionários online como mostra a literatura.



10. Uma cópia do questionário anonimizado está disponível junto dos autores, mediante pedido.

Sexo	Amostra	Subamostra	Portugal*	Δ**
Masculino	31,46%	46,23%	48,59%	-2,36
Feminino	68,19%	53,25%	51,41%	1,84
Não-binário	0,34%	0,52%	-	-
Idade				
15-19	2,40%	4,16%	8,02%	-3,86
20-24	2,63%	3,90%	8,50%	-4,60
25-29	6,75%	7,53%	8,22%	-0,69
30-34	7,89%	10,65%	8,52%	2,13
35-39	11,78%	14,03%	9,79%	4,24
40-44	14,76%	11,69%	11,50%	0,19
45-49	21,40%	14,29%	12,11%	2,18
50-54	12,01%	11,43%	11,37%	0,06
55-59	11,67%	11,69%	11,28%	0,41
60-64	8,70%	10,65%	10,69%	-0,04
Regiões				
Norte	18,65%	35,06%	35,46%	-0,40
Centro	32,15%	15,32%	15,31%	0,01
Oeste e Vale do Tejo	5,03%	7,53%	7,56%	-0,03
Grande Lisboa	15,33%	20,00%	20,14%	-0,14
Península de Setúbal	5,72%	7,79%	7,76%	0,03
Alentejo	6,86%	4,42%	4,28%	0,14
Algarve	8,70%	4,42%	4,46%	-0,04
R.A. Açores	6,41%	3,38%	2,47%	0,91
R.A. Madeira	1,14%	2,08%	2,56%	-0,48
Educação				
Ensino superior	74,95%	57,66%	26,42%	31,24

Notas: *Dados estimados do censo de 2021 da Instituição Nacional de Estatística (www.ine.pt). **Diferença entre subamostra e população.

Tabela 1 - Características demográficas das respostas ao questionário

O tamanho da subamostra foi alcançado considerando o tamanho da população analisada, aproximadamente 6588 mil cidadãos entre 15 e 64 anos em 2021, e um erro amostral de 5% com intervalo de confiança de 95%, calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{Dimensão da amostra} = \frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{e^2 \times p(1-p)}{e^2 \times N}\right)}$$

onde **z** indica o z-score (o número de desvios-padrão que uma determinada proporção está longe da média relacionada com o intervalo de confiança desejado), **e** indica a margem de erro e **N** o tamanho da população a ser avaliada.

2. Resultados

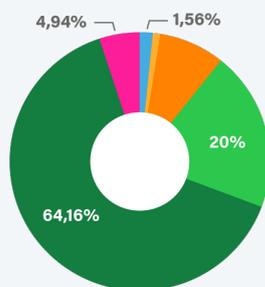
A pesquisa conduzida pelo NECE analisou a receptividade da sociedade portuguesa às políticas públicas propostas para promover um sistema alimentar mais sustentável e ecológico, mais assente em proteína de base vegetal. Os resultados indicam um **forte apoio à maioria das medidas, especialmente aquelas relacionadas com a capacitação e educação**. Contudo, a facilidade de implementação é uma preocupação em várias áreas. As 15 medidas são apresentadas juntamente com os resultados das características analisadas e as respetivas médias:

I. Ampliar o Apoio aos Agricultores para Cultivo de Leguminosas

Uma forma direta de promoção de um maior cultivo de leguminosas pode ser feita por via dos fundos de incentivo direto à sua produção e desenvolvimento rural. Neste âmbito, recomendam-se mais apoios e um processo mais eficaz, direcionado ao aumento da produção agrícola de fontes de proteína de base vegetal, nomeadamente leguminosas. Esta medida poderá implicar menos subsídios para a produção de produtos de origem animal e eventual subida de preço destes, enquanto os produtos de origem vegetal verão o seu preço reduzir.

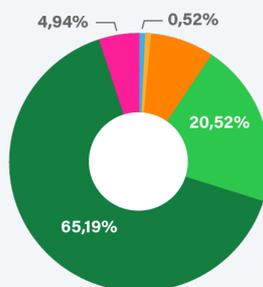
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

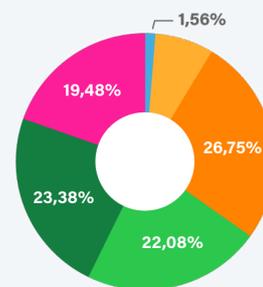


Figura 1 - Resultados referentes à medida I

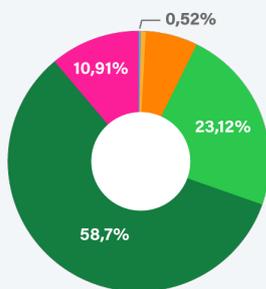
- **Concordância:** 4,52 (excl. 4,94% que "não sabe")
- **Importância:** 4,57 (excl. 4,94% que "não sabe")
- **Facilidade:** 3,73 (excl. 19,48% que "não sabe")

II. Introdução das Leguminosas nas Práticas Elegíveis para Medidas Agroambientais e Ecorregimes

Propõe-se que Portugal reanalise as práticas recomendadas nas suas medidas agroambientais e ecorregimes (medidas de gestão ambiental para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais). Desta forma, recomenda-se uma maior promoção de leguminosas nos sistemas agrícolas como medida de gestão da fertilidade (enriquecimento dos solos). Esta medida poderá levar a uma diminuição de outros meios de fertilização mais poluentes e menos eficientes.

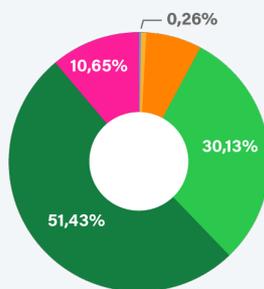
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

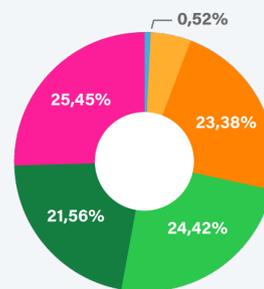


Figura 2 - Resultados referentes à medida II

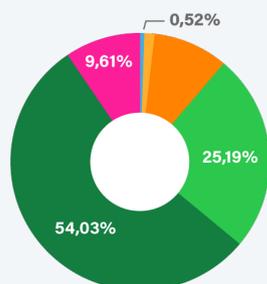
- **Concordância:** 4,56 (excl. 10,91% que "não sabe")
- **Importância:** 4,48 (excl. 10,65% que "não sabe")
- **Facilidade:** 3,83 (excl. 25,45% que "não sabe")

III. Estabelecimento de Medidas no Plano da Bioeconomia

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente, a bioeconomia é "um modelo económico" onde "são usados os recursos da terra e do mar - como culturas agrícolas, florestas, animais e microrganismos - para produzir alimentos, materiais e energia". Propõe-se que se reforce a estratégia de desenvolvimento de proteína vegetal e da bioeconomia sustentável, centrada na inovação para obtenção de uma maior diversidade agrícola e melhoramento de fontes de proteína de base vegetal. É de salientar que o processo de transição para uma economia circular carece, no entanto, de investigação e desenvolvimento, no âmbito da bioeconomia.

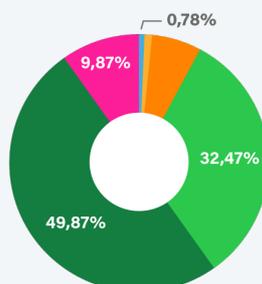
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

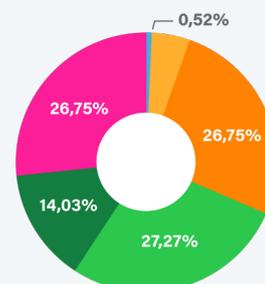


Figura 3 - Resultados referentes à medida III

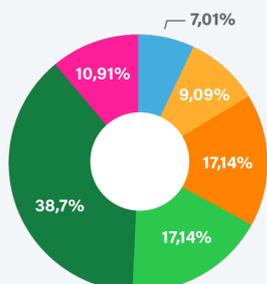
- **Concordância:** 4,45 (excl. 9,61% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,44 (excl. 9,87% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,68 (excl. 26,75% que “não sabe”)

IV. Descontar as Externalidades Ambientais da Agropecuária nos Apoios Públicos

A criação de animais para consumo, em particular da pecuária intensiva, tem impactos significativos para o meio ambiente e contribui para as alterações climáticas (externalidades negativas). Desta forma, propõe-se a retirada gradual dos apoios atribuídos às pecuárias intensivas, nomeadamente no âmbito dos prémios e apoios ao setor animal.

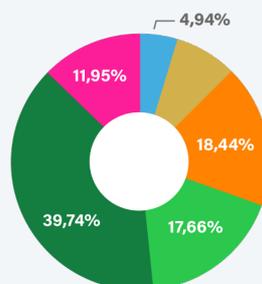
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

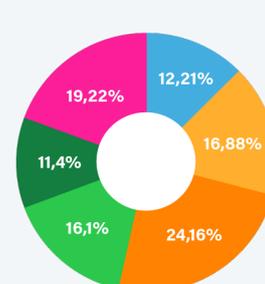


Figura 4 - Resultados referentes à medida IV

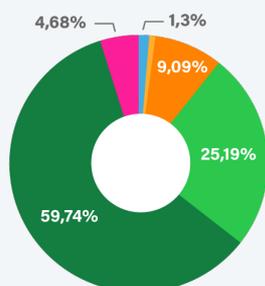
- **Concordância:** 3,80 (excl. 10,91% que “não sabe”)
- **Importância:** 3,91 (excl. 11,95% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 2,97 (excl. 19,22% que “não sabe”)

V. Criação de Esquemas de Apoio à Investigação e Inovação (I&I)

Propõe-se a criação de mais incentivos às atividades de I&I que visem melhorar os níveis de competitividade das leguminosas cultivadas em Portugal. Esta medida poderá levar à criação de mais projetos corporativos e institucionais focados na exploração das leguminosas.

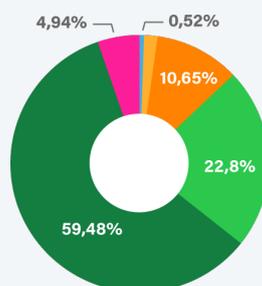
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

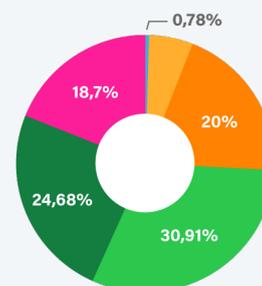


Figura 5 - Resultados referentes à medida V

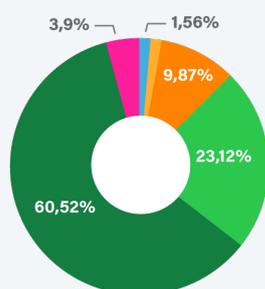
- **Concordância:** 4,49 (excl. 4,68% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,46 (excl. 4,94% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,91 (excl. 18,70% que “não sabe”)

VI. Programa de Apoio a Pequenas e Médias Empresas

Propõe-se a canalização de fundo de apoio a novos projetos, desenvolvidos por pequenas e médias empresas, que visem a criação e o desenvolvimento de produtos alimentares baseados na comercialização e transformação de leguminosas. Esta medida poderá conduzir a uma maior proporção de produtos à base de leguminosas relativamente aos produtos de origem animal, nos supermercados.

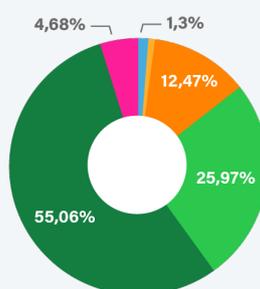
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

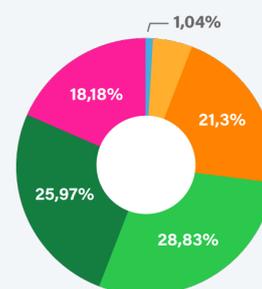


Figura 6 - Resultados referentes à medida VI

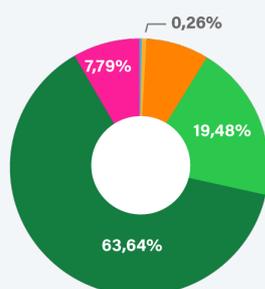
- **Concordância:** 4,46 (excl. 3,90% que "não sabe")
- **Importância:** 4,40 (excl. 4,68% que "não sabe")
- **Facilidade de Implementação:** 3,90 (excl. 18,18% que "não sabe")

VII. Promoção de Territorialização e Transparência Ambiental

Sugere-se o estabelecimento de uma estratégia que incentive uma maior autonomia ao nível das políticas alimentares locais/municipais (ações locais que respeitam as necessidades de cada território, de forma alinhada com os objetivos nacionais), e a implementação de medidas que monitorizem, avaliem e exijam transparência para as cadeias de abastecimento longas, o que, em particular, se pode traduzir na instituição da rotulagem da pegada ecológica. Um exemplo desta medida é a implementação de um rótulo ambiental nos produtos alimentares, sendo que a carne pode ter uma nota "pior" do que a maioria dos restantes alimentos.

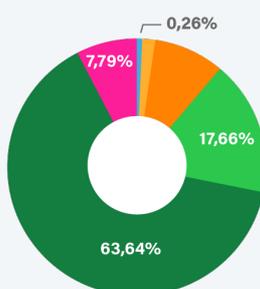
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

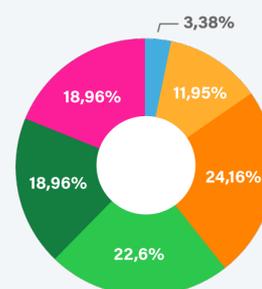


Figura 7 - Resultados referentes à medida VII

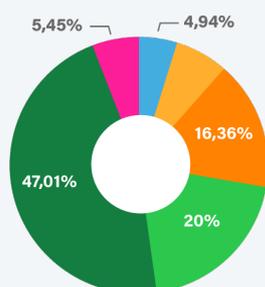
- **Concordância:** 4,57 (excl. 7,79% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,55 (excl. 7,79% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,52 (excl. 18,96% que “não sabe”)

VIII. Incentivo à Conversão de Terrenos para Produção Sustentável

Propõem-se a criação de incentivos para conversão gradual da atividade pecuária em unidades agrícolas de produção sustentável de base vegetal. Este apoio seria distribuído pelos produtores que estivessem dispostos a converter, de forma voluntária, parcialmente ou integralmente, a sua exploração em terrenos florestais e/ou zonas agrícolas de base vegetal.

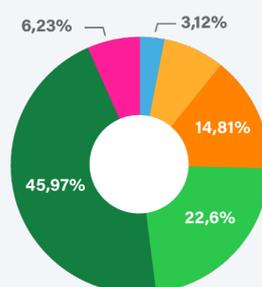
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

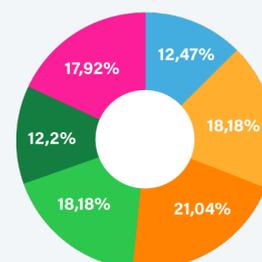


Figura 8 - Resultados referentes à medida VIII

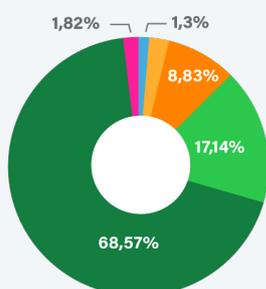
- **Concordância:** 4,04 (excl. 5,45% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,08 (excl. 6,23% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 2,99 (excl. 17,92% que “não sabe”)

IX. Capacitação Formativa e Reforço de Oferta de Refeições Vegetais nas Cantinas Públicas

Capacitar os profissionais das cantinas públicas, como refeitórios escolares, para uma melhor e maior oferta de refeições de base vegetal. Uma extensão desta medida seria, também, uma maior disponibilização de bebida vegetal no atual programa de leite escolar.

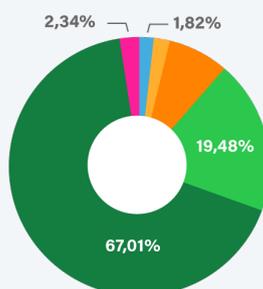
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

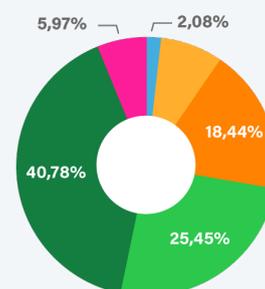


Figura 9 - Resultados referentes à medida IX

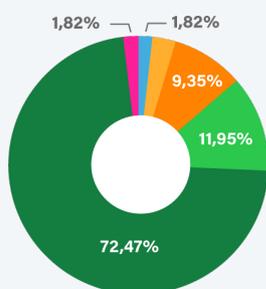
- **Concordância:** 4,52 (excl. 1,82% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,52 (excl. 2,34% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 4,02 (excl. 5,97% que “não sabe”)

X. Alívio Fiscal para Leguminosas (e derivados), Frutas e Hortícolas

Recomenda-se a anulação da taxa de IVA para todas as leguminosas e respetivos derivados saudáveis (p.ex.: tofu e alternativas vegetais aos laticínios), para além das frutas, hortícolas e de determinadas variedades de cereais. Esta medida pressupõe que a taxa de IVA dos produtos de origem animal se mantenha nos atuais níveis, para que efetivamente haja um incentivo claro ao consumo de produtos de origem vegetal.

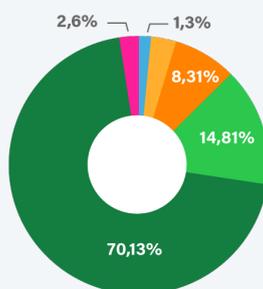
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

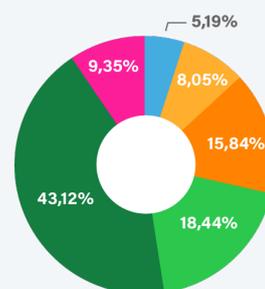


Figura 10 - Resultados referentes à medida X

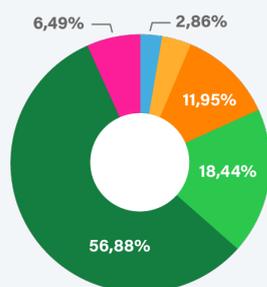
- **Concordância:** 4,53 (excl. 1,82% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,54 (excl. 2,60% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,95 (excl. 9,35% que “não sabe”)

XI. Atualização das Diretrizes Alimentares Nacionais

Propõe-se uma reforma da Roda dos Alimentos Portuguesa, de modo que reconheça: o impacto ambiental das escolhas alimentares; as leguminosas [e derivados] como fontes de proteína vegetal de qualidade equiparável às fontes de proteína animal; a menor pegada ecológica das leguminosas relativamente às restantes fontes de proteína.

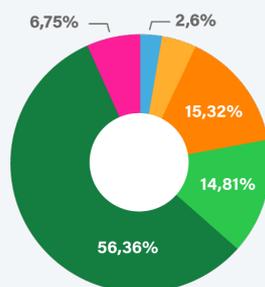
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

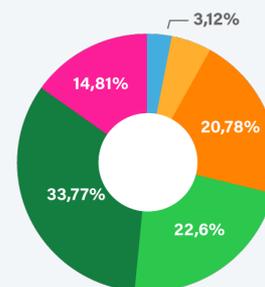


Figura 11 - Resultados referentes à medida XI

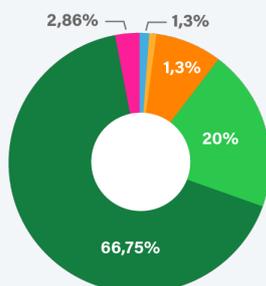
- **Concordância:** 4,32 (excl. 6,49% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,27 (excl. 6,75% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,93 (excl. 14,81% que “não sabe”)

XII. Capacitação de Estudantes para Boas Práticas de Cultivo e Uma Maior Aposta na Educação Ambiental

Propõe-se que a temática da produção e consumo sustentável, com foco num sistema alimentar que privilegia fontes de proteína de base vegetal para consumo humano, se torne tema a abordar nos conteúdos curriculares das escolas.

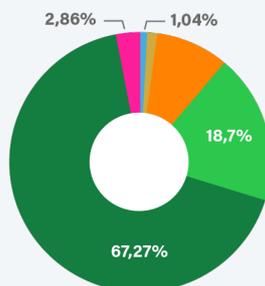
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

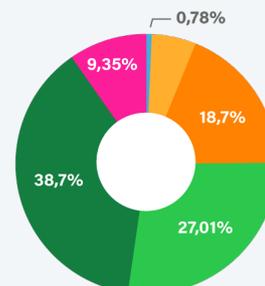


Figura 12 - Resultados referentes à medida XII

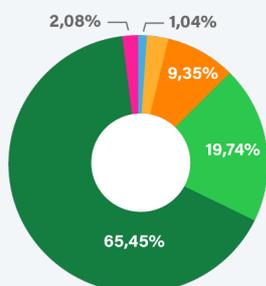
- **Concordância:** 4,55 (excl. 2,86% que "não sabe")
- **Importância:** 4,55 (excl. 2,86% que "não sabe")
- **Facilidade:** 4,07 (excl. 9,35% que "não sabe")

XIII. Programas Específicos para Jovens Agricultores

Propõe-se a criação de programas especificamente dirigidos aos jovens agricultores, que os incentive a privilegiar o cultivo de leguminosas, em lugar de outras produções, para respetivo aumento de produção interna e como medida de fertilização dos solos e eficiência agrícola.

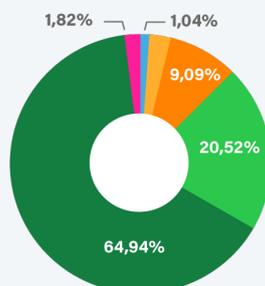
Concordância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Importância

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe



Facilidade de Implementação

● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5 ● Não sabe

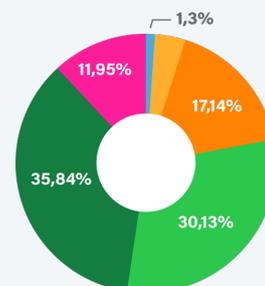


Figura 13 - Resultados referentes à medida XIII

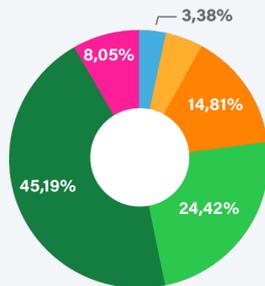
- **Concordância:** 4,49 (excl. 2,08% que "não sabe")
- **Importância:** 4,48 (excl. 1,82% que "não sabe")
- **Facilidade:** 4,09 (excl. 11,95% que "não sabe")

XIV. Mecanismos Prioritários de Aquisição de Terras

Propõe-se a criação de mecanismos de acesso prioritário à Bolsa Nacional de Terras para exploração de terrenos adquiridos/cedidos com o objetivo do cultivo de leguminosas.

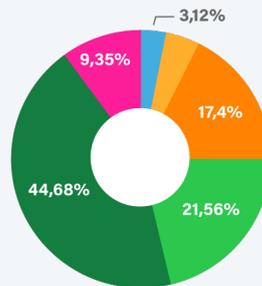
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

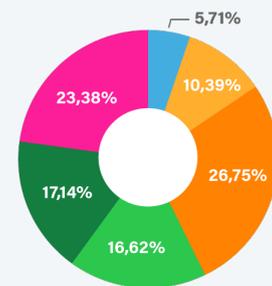


Figura 14 - Resultados referentes à medida XIV

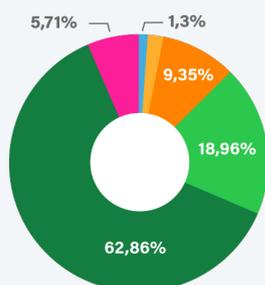
- **Concordância:** 4,13 (excl. 8,05% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,11 (excl. 9,35% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,38 (excl. 23,38% que “não sabe”)

XV. Criação de uma “Estratégia Nacional para a Proteína Verde”

Propõe-se uma estratégia nacional de promoção da proteína vegetal, agregadora das restantes 14 medidas propostas (total ou parcialmente), e que promova a autossuficiência alimentar em Portugal, com foco nas leguminosas, uma vez que a produção destas, no nosso país, é insuficiente para satisfazer a consumo atual, sendo necessário depender largamente de importações.

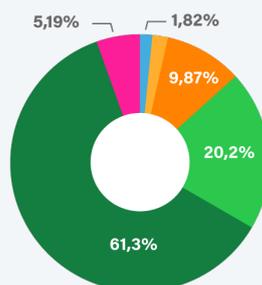
Concordância

1 2 3 4 5 Não sabe



Importância

1 2 3 4 5 Não sabe



Facilidade de Implementação

1 2 3 4 5 Não sabe

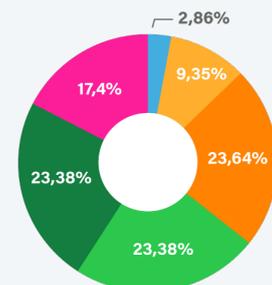


Figura 14 - Resultados referentes à medida XIV

- **Concordância:** 4,49 (excl. 5,71% que “não sabe”)
- **Importância:** 4,45 (excl. 5,19% que “não sabe”)
- **Facilidade:** 3,67 (excl. 17,40% que “não sabe”)

As figuras 16-18 agrupam os resultados por percentagens de resposta, por questão, de forma a ser possível comparar as medidas. Destaca-se que, na generalidade, todas as medidas apresentam uma concordância e importância elevadas. Das 15 medidas, a maioria (12) obteve uma **resposta altamente positiva, com mais 50% dos participantes a responder concordância máxima** (patamar “5” na escala). Observa-se o mesmo para a importância, com 50% a responder importância máxima a 11 das 15 medidas.

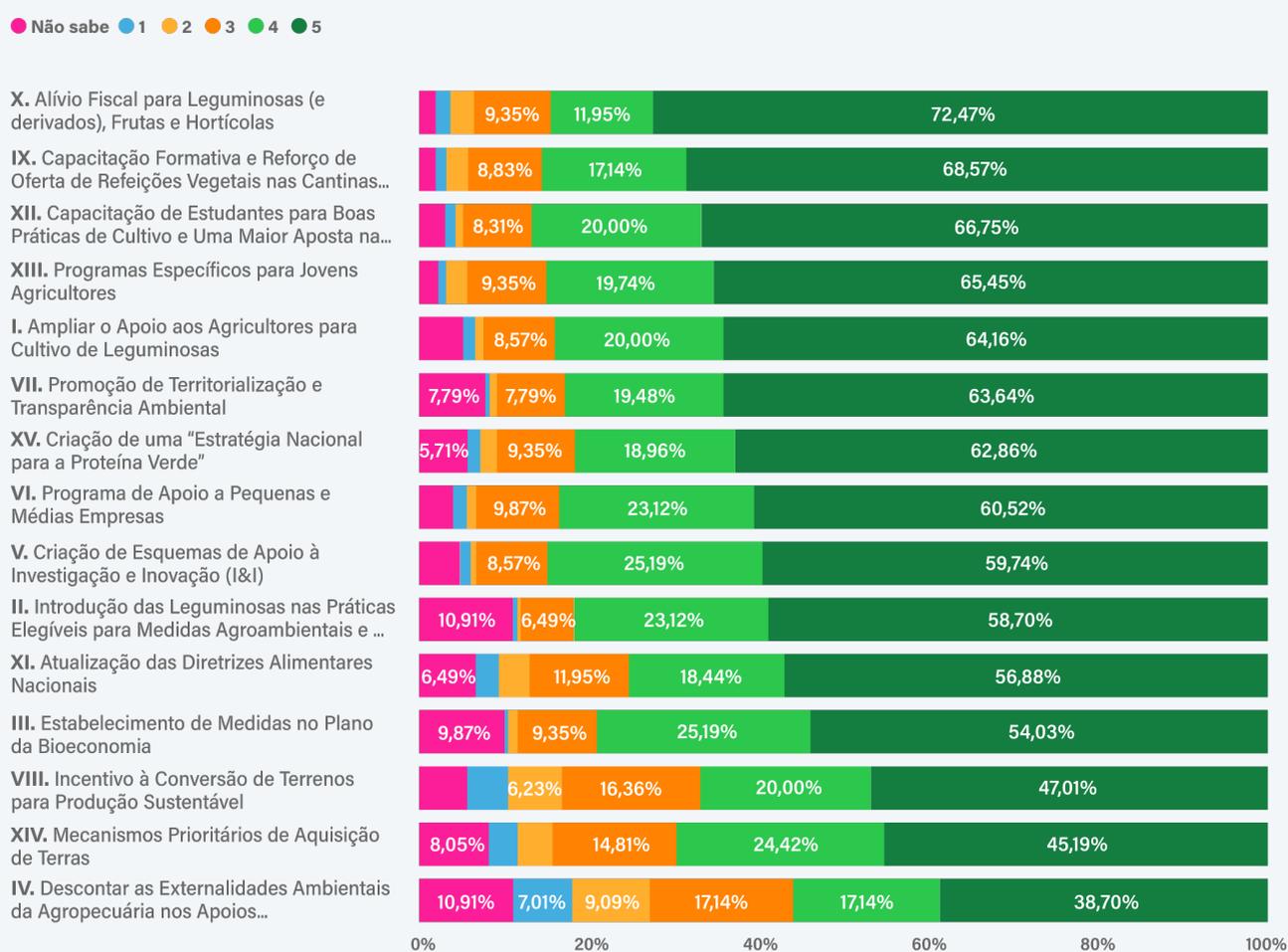


Figura 16 - Medidas por ordem de concordância

● Não sabe ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5

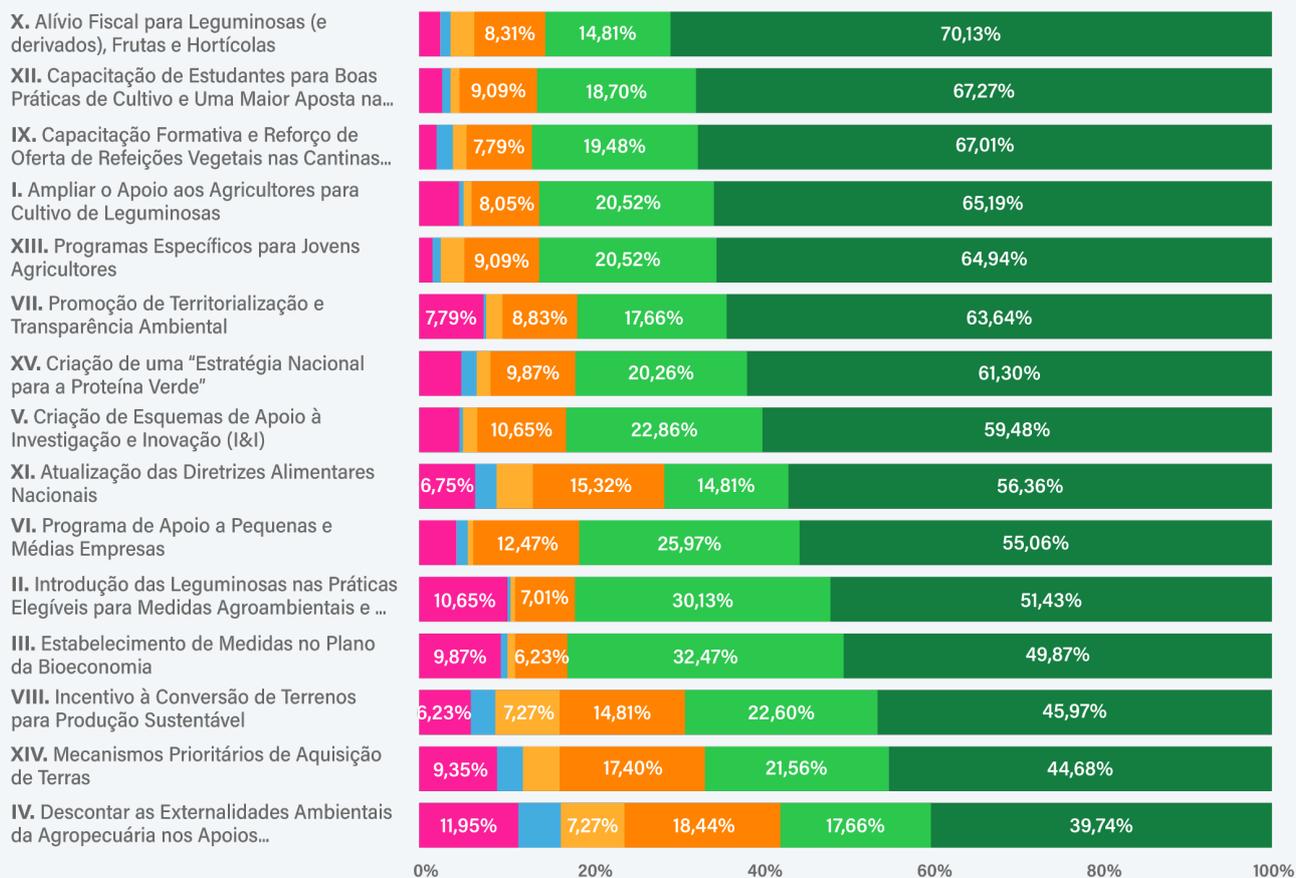


Figura 17 - Medidas por ordem de importância

Apesar da concordância e importância geralmente elevada, é na facilidade de implementação que se observam maiores barreiras. Das 15 medidas, nenhuma obteve facilidade máxima por parte de 50% dos participantes. Para além disso, a percentagem de resposta de "não sabe" é bastante mais evidente em comparação com a concordância e importância, chegando a observar-se percentagens de "não sabe" superiores ao patamar mais elevado ("5").

● Não sabe ● 1 ● 2 ● 3 ● 4 ● 5

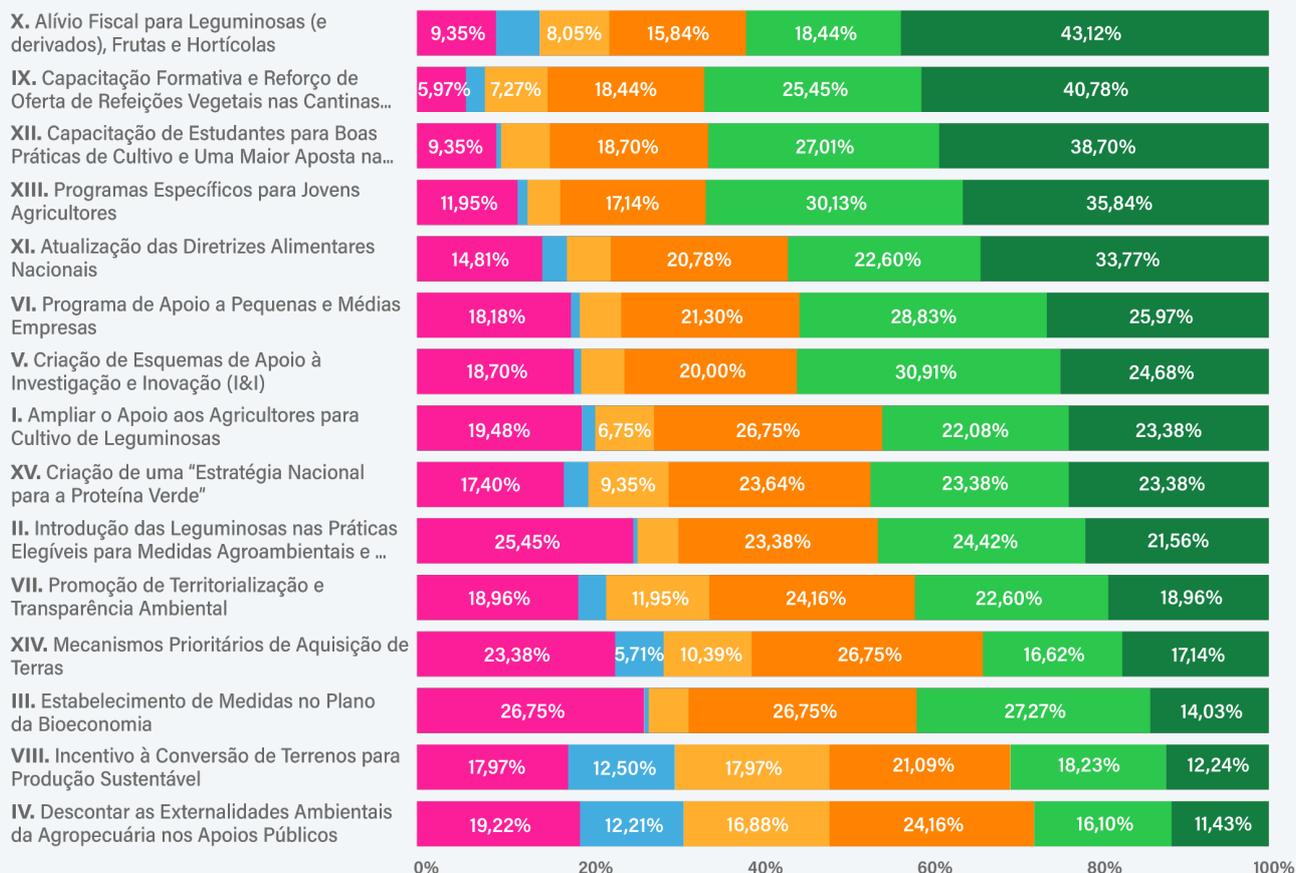


Figura 18 - Medidas por ordem de facilidade de implementação

A tabela 2, por forma a resumir os resultados, agrupa as médias que excluem a percentagem de resposta "não sabe". Em média, os níveis de concordância e importância apresentam-se todos acima de "4" (exceto na medida IV, para ambos), sendo que a maioria das médias de facilidade de implementação estão abaixo de "4". A disparidade entre concordância/importância e facilidade de implementação é bastante evidente.

Medida	Concordância	Importância	Facilidade
I.	4,52	4,57	3,73
II.	4,56	4,48	3,83
III.	4,45	4,44	3,68
IV.	3,80	3,91	2,97
V.	4,49	4,46	3,91
VI.	4,46	4,40	3,90
VII.	4,57	4,55	3,52
VIII.	4,04	4,08	2,99
IX.	4,52	4,52	4,02
X.	4,53	4,54	3,95
XI.	4,32	4,27	3,93
XII.	4,55	4,55	4,07
XIII.	4,49	4,48	4,09
XIV.	4,13	4,11	3,38
XV.	4,49	4,45	3,67

Tabela 2 - Resumo dos resultados (média)

Ao colocar os resultados por ordem consoante a magnitude das médias, segundo a tabela 3, podemos destacar as medidas mais importantes e, ao mesmo tempo, mais fáceis de implementar, em contraste com as de menor importância e menor facilidade. Entre estas, observam-se as que apresentam importância e facilidade díspares.

A medida que apresenta melhores resultados (a verde) é a XII. que envolve a **capacitação de estudantes para as boas práticas do cultivo de proteína vegetal e uma maior promoção na educação ambiental**, seguida da X. e IX. que envolvem o **alívio fiscal para alimentos de origem vegetal, e capacitação de profissionais e conseqüente reforço de oferta de refeições de base vegetal**, respetivamente. Em contraste, com os resultados mais baixos (a laranja), destacam-se as medidas IV. (descontar externalidades ambientais), VIII. (conversão de terrenos), e XIV. (mecanismos de aquisição de terras).

Entre as medidas de valores médios gerais altos e baixos, destacam-se as que apresentam uma polarização entre concordância/importância e facilidade de implementação. Por um lado, as medidas VII. e I., que têm por base a promoção de transparência ambiental e territorialização, e incentivos direcionados ao cultivo de leguminosas, respetivamente, apresentam os maiores níveis de importância, porém com uma menor facilidade de implementação (a azul). Por sua vez, as medidas XI. e XIII., de atualização das diretrizes alimentares nacionais, e programas específicos para jovens agricultores, respetivamente, destacam-se por um nível de concordância/importância não tão elevados em termos relativos, porém com facilidade de implementação mais alta comparativamente às restantes medidas (a amarelo).

Concordância	Importância	Facilidade
VII.	I.	XIII.
II.	VII.	XII.
XII.	XII.	IX.
X.	X.	X.
IX.	IX.	XI.
I.	II.	V.
V.	XIII.	VI.
XIII.	V.	II.
XV.	XV.	I.
VI.	III.	III.
III.	VI.	XV.
XI.	XI.	VII.
XIV.	XIV.	XIV.
VIII.	VIII.	VIII.
IV.	IV.	IV.

Nota: sombreado a **verde**: medidas com médias gerais altas; a **rosa**: medidas com médias gerais baixas; a **azul** e **amarelo**: medidas médias gerais díspares.

Tabela 3 - Ranking de medidas (média)

Os níveis médios não incluem a resposta “não sabe” uma vez que não se encontra no espectro de resposta, sem validade de magnitude (de “1” a “5”). Porém, esta possibilidade de resposta contém informação útil para compreender mais aprofundadamente as intenções dos participantes. A tabela 4. agrupa as percentagens da resposta “não sabe” por pergunta para todas as medidas.

Em termos gerais, as maiores percentagens de desconhecimento observam-se na pergunta sobre a facilidade de implementação, o que pode fazer sentido, uma vez que é a questão que requer maior conhecimento sobre a medida, em comparação com as questões sobre os níveis de concordância e importância. A respeito da facilidade, observam-se variações consideráveis, demonstrando o possível desconhecimento por parte da população sobre certos temas que, por sua vez, podem ser mais complexos, pouco familiares, e necessitar de informação técnica mais detalhada.

As medidas IX., X., XII., e XIII. apresentam as menores percentagens de resposta “não sabe”, demonstrando um conhecimento claro por parte dos participantes sobre o assunto que retratam, podendo ser mais fáceis de analisar devido à sua complexidade reduzida e familiaridade com o tema. Por sua vez, correspondem às medidas que obtiveram valores médios mais altos em concordância/importância e facilidade. Em contraste, as medidas II., III., IV., e XIV. apresentam as maiores percentagens de resposta “não sabe”, indicando clara evidência da dificuldade de entendimento ou falta de conhecimento mais técnico dos participantes. As medidas IV. e XIV. são, por sua vez, aquelas que apresentam níveis médios mais baixos para as três características analisadas.

Medida	Concordância	Importância	Facilidade
I.	4,94%	4,92%	19,48%
II.	10,91%	10,64%	24,45%
III.	9,61%	9,87%	26,75%
IV.	10,91%	11,95%	19,22%
V.	4,68%	4,94%	18,70%
VI.	3,90%	4,68%	18,18%
VII.	7,79%	7,79%	18,96%
VIII.	5,45%	6,23%	17,92%
IX.	1,82%	2,34%	5,97%
X.	1,82%	2,60%	9,35%
XI.	6,49%	6,75%	14,81%
XII.	2,86%	4,68%	9,35%
XIII.	2,08%	1,82%	11,95%
XIV.	8,05%	9,35%	23,38%
XV.	5,71%	5,19%	17,40%

Nota: sombreado a **laranja**: medidas com percentagem superior a 8% (concordância/importância) e 19% (facilidade); a **roxo**: percentagem inferior a 3% (concordância/importância) e 10% (facilidade); sombreados da coluna “Medida” dizem respeito à tabela 3.

Tabela 4 - Resumo de resultados (“não sabe”)

Uma análise mais detalhada pode ser feita considerando as características socioeconómicas e demográficas. As figuras seguintes destacam as medidas IV. (Figuras 19-21) e X. (Figuras 22-24), que se baseiam em incentivos e desincentivos fiscais diretamente relacionados com o

preço de aquisição de bens alimentares, por características socioeconómicas. Destacam-se a idade (≤ 30 anos vs. > 30 anos), o nível de ensino (ensino superior vs. sem ensino superior), o rendimento (< 1500 € vs. ≥ 1500 €), e a área geográfica (urbano vs. rural).

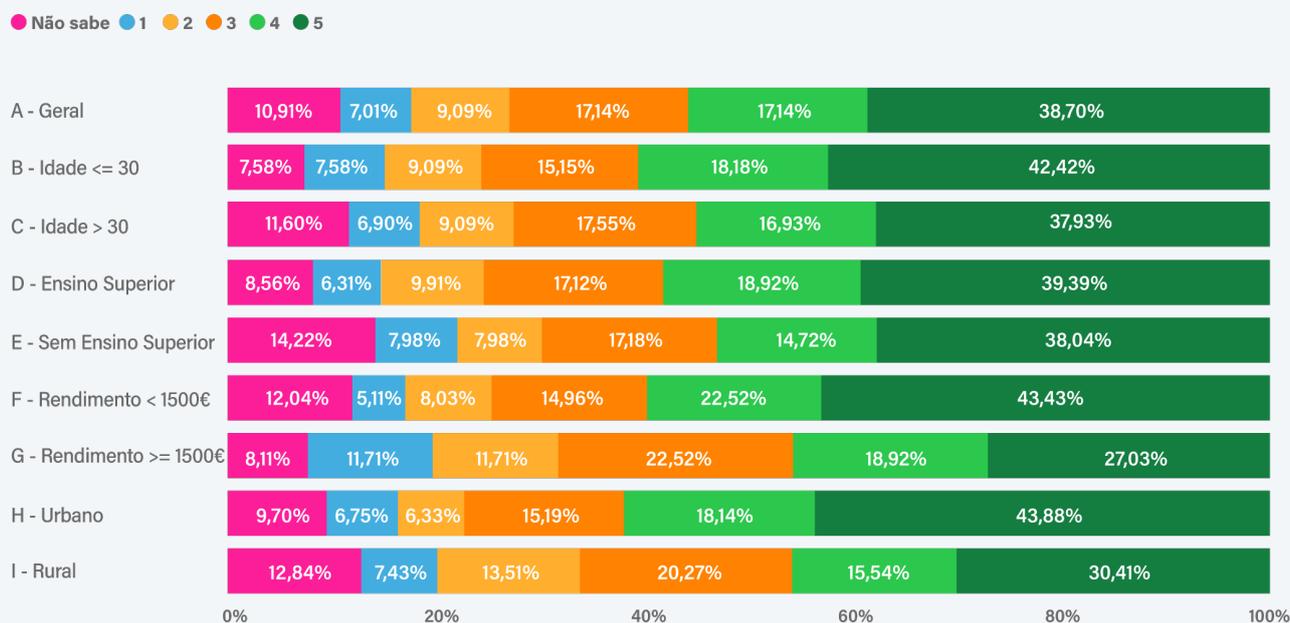


Figura 19 - Medida IV por características socioeconómicas (concordância)

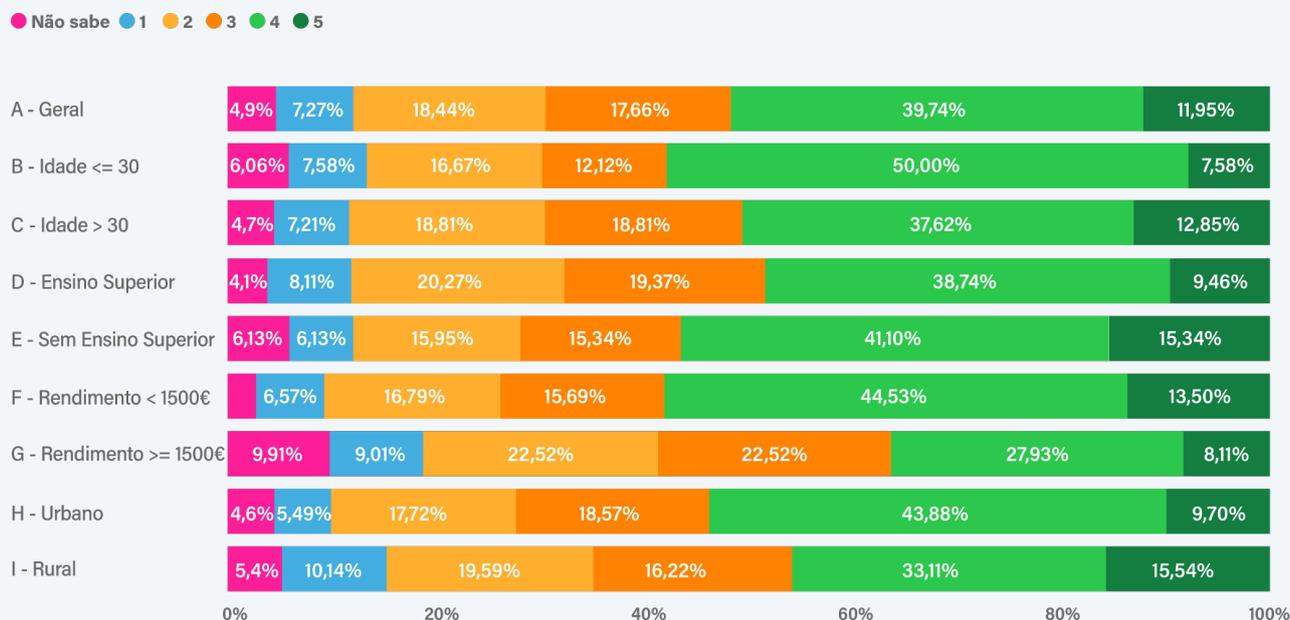


Figura 20 - Medida IV por características socioeconómicas (importância)

Em termos de níveis de concordância e importância da medida IV. (descontar as externalidades ambientais da agropecuária nos apoios públicos), destacam-se algumas diferenças em relação às características socioeconómicas (Figuras 19-21). Tendo a medida menores níveis de concordância e importância geral, os participantes mais novos apresentam níveis de

concordância superiores aos participantes mais velhos. A respeito do nível de ensino, quem não tem ensino superior apresenta os maiores valores de resposta “não sabe” em comparação com todas as outras características, atingindo quase o dobro relativamente a quem tem ensino superior. Participantes com rendimento inferior a 1500 € por mês concordam e dão maior importância a esta medida do que participantes com rendimento superior a 1500 €. Porém, a percentagem de resposta “não sabe” é superior para participantes com menor rendimento, a respeito da concordância. Por último, participantes em regiões urbanas apresentam maior concordância relativamente a participantes de regiões rurais. É possível concluir que participantes com maior idade, menor ensino, e de áreas rurais, tendem a concordar menos e também a dar menos importância a esta medida, sendo que os níveis mais baixos de concordância e importância foram observados entre os participantes de maior rendimento.

Sobre a facilidade de implementação, as diferenças persistem (Figura 21). Os grupos de participantes de mais idade, sem ensino superior, de rendimento mais baixo, e de regiões rurais, apresentam percentagens para a resposta “não sabe” acima da média geral. Os grupos que percebem uma menor facilidade de implementação (mais difícil) são participantes mais jovens, com ensino superior, e de rendimento mais alto, enquanto demonstram também percentagens de resposta “não sabe” abaixo da média geral. Estas pessoas aparentam ter maior conhecimento ou percepção sobre este tema.

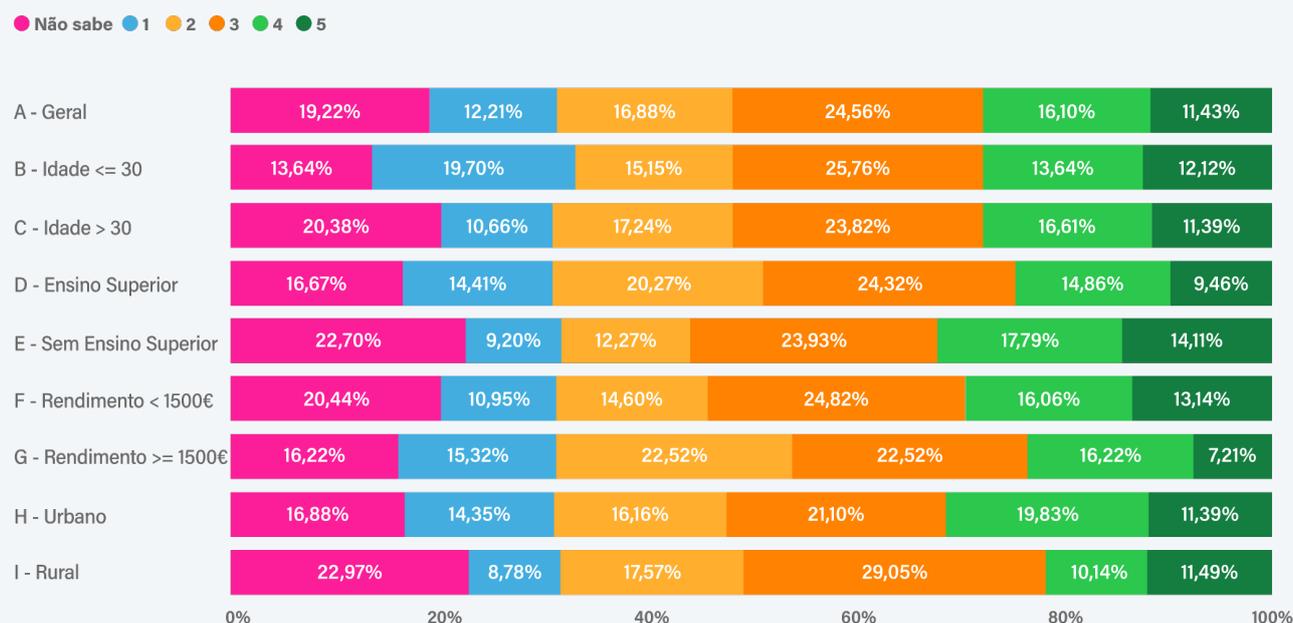


Figura 21 - Medida IV por características socioeconômicas (facilidade de implementação)

Sobre a medida X. (alívio fiscal para alimentos de origem vegetal), destacam-se também algumas diferenças em termos de características socioeconômicas, porém não tão acentuadas (Figuras 22-24). Os níveis de concordância e importância são menores para o grupo de participantes mais jovem, com ensino superior, e de rendimentos mais elevados, quando comparados com a média geral. Em detalhe, participantes mais jovens, com ensino superior, de rendimento mais alto, e de áreas rurais concordam menos que participantes com características respectivas opostas. Sobre a percentagem de resposta “não sabe”, o grupo de participantes sem ensino superior apresenta os maiores valores, a rondar os 5% tanto para a concordância como importância.

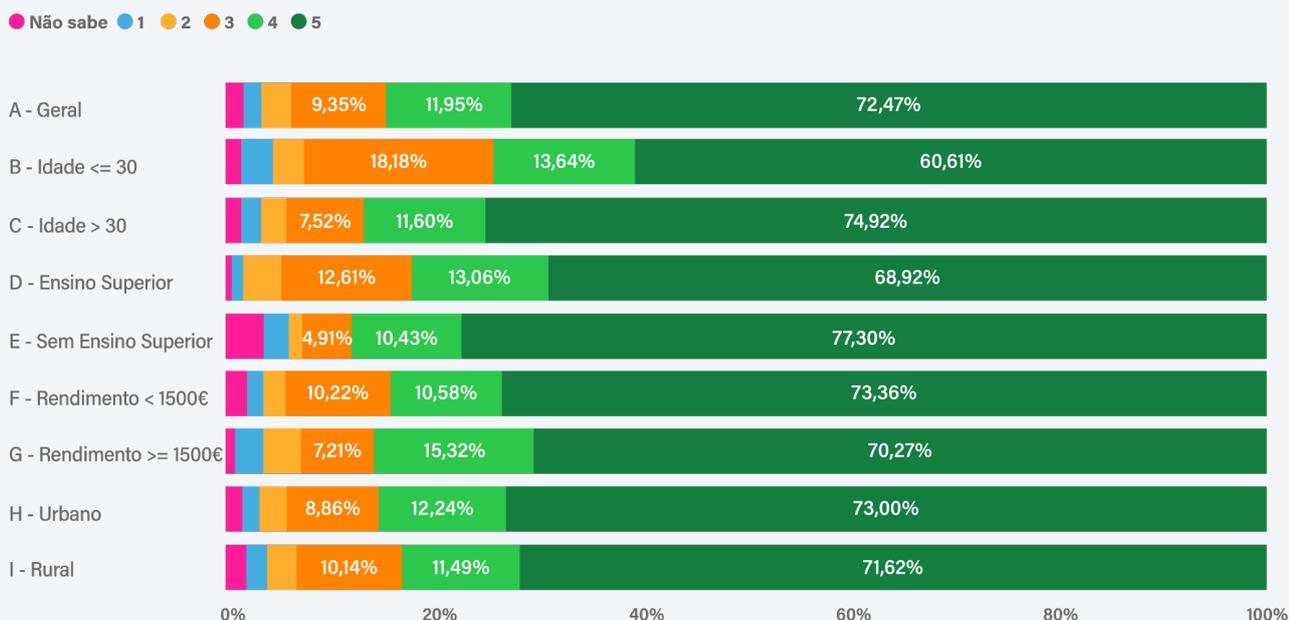


Figura 22 - Medida X por características socioeconómicas (concordância)

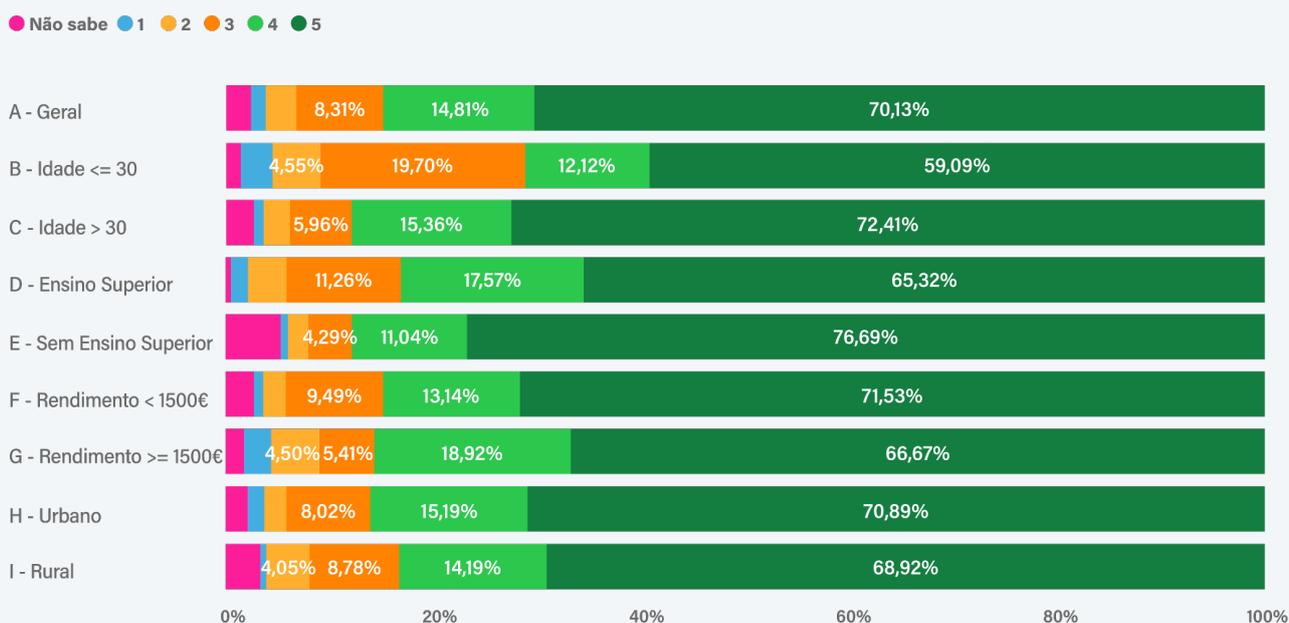


Figura 23 - Medida X por características socioeconómicas (importância)

O maior destaque para os níveis de facilidade de implementação (Figura 24) é evidente no grupo de participantes mais jovens (menos de 30 anos), ao apresentar níveis de facilidade mais baixos, relativamente a todas as outras características e face à perspetiva geral. Em contrapartida, o grupo de participantes sem ensino superior, juntamente com o grupo de participantes com mais de 30 anos, é aquele que percebe uma maior facilidade de implementação. Observando-se, assim, que o contraste é bastante acentuado quando se analisa por idade. O nível de ensino também apresenta alguma diferença.

Ao analisar a resposta “não sabe”, verifica-se, mais uma vez, que o grupo de participantes sem ensino superior é aquele que mais frequentemente indica essa resposta, seguido do grupo de área rural, e rendimento inferior a 1500 €.

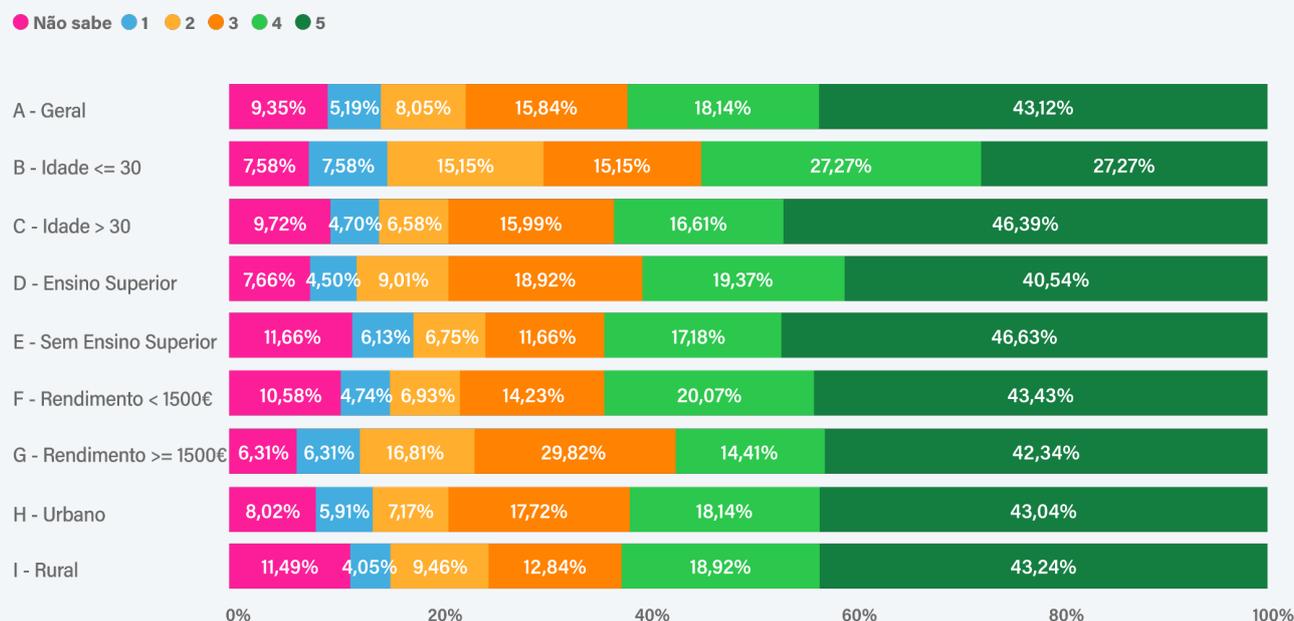


Figura 24 - Medida X por características socioeconómicas (facilidade de implementação)

Esta secção deixa clara as diferenças consideráveis entre os resultados analisados. Em termos gerais, observa-se um forte apoio para a maioria das medidas propostas, especialmente aquelas relacionadas com a capacitação e incentivos fiscais positivos. No entanto, a facilidade de implementação é uma preocupação em várias áreas. Partindo do geral para o particular, são evidentes as diferenças nos resultados, tanto para a mesma questão entre várias medidas, como entre questões para a mesma medida, em particular entre concordância/importância e facilidade. Uma análise em maior detalhe das medidas IV. e X., por características socioeconómicas e demográficas, apresenta ainda mais diferenças, percebendo-se o impacto destas características na opinião da população sobre as medidas. A próxima secção discute os resultados, relacionando-os e apresentando algumas recomendações provenientes da análise.

3. Discussão

Tendo em conta que a maioria das medidas propostas foram percecionadas como tendo alta concordância e importância por parte dos participantes, podemos concluir que **existe um forte apoio da sociedade portuguesa a um sistema alimentar mais sustentável e ecológico, que privilegia fontes de proteína de base vegetal**. Embora as medidas sejam amplamente apoiadas, a facilidade de implementação apresenta ser uma preocupação. Algumas medidas foram vistas como sendo mais fáceis de implementar do que outras, podendo ser uma barreira para a sua materialização por parte de decisores políticos.

Segundo os resultados, **recomenda-se priorizar as medidas que apresentam uma maior concordância e importância, mas que também sejam percecionadas como relativamente fáceis de implementar**. Desta forma, poder-se-á garantir um impacto positivo mais rápido e eficaz. A capacitação formativa de profissionais de cozinha e o reforço da oferta de refeições vegetais nas cantinas públicas (IX.), bem como a capacitação de estudantes e a educação ambiental nas escolas (XII.), são as medidas que se destacam tanto pela alta importância atribuída como pela elevada facilidade de implementação. É de notar que estas medidas são de fraca coercividade, isto é, mais passivas, na medida em que só promovem a disseminação de informação e não obrigam a uma determinada escolha. Baseiam-se na liberdade individual e poder de escolha do consumidor informado, garantindo maior aceitação e implementação de outras políticas a longo-prazo. A transmissão direta de conhecimento aos mais jovens, tendo em vista promover hábitos alimentares mais sustentáveis, pode torná-los mais capacitados para tomarem melhores decisões (que promovam a sustentabilidade do sistema alimentar), e permitir que mais facilmente aceitem outras medidas no futuro. Tanto a integração de novos conteúdos curriculares, como a capacitação de profissionais para a oferta de mais e melhores refeições de base vegetal, são percecionadas como relativamente fáceis de implementar nas escolas e cantinas públicas, o que torna a medida mais apelativa em termos de operacionalização e custos.

Outra das medidas com resultados favoráveis nas três características é a relacionada com o alívio fiscal para leguminosas, frutas e hortícolas (X.). A perceção do público é de que a redução dos preços destes alimentos é importante para promover uma alimentação de base vegetal mais sustentável, sendo a medida considerada de fácil implementação, potencialmente associada a um processo administrativo simples. Esta medida permite que o valor acrescentado sobre o preço final reflita a poupança ecológica ao escolher determinados alimentos, nomeadamente ao nível de menor uso de recursos naturais, poluição, emissão de gases de efeito de estufa, entre outras externalidades ambientais. Um cenário de anulação de IVA não é inédito já que, no período da pandemia, em Portugal, esta taxa foi removida de alguns alimentos do cabaz básico alimentar. Manter a descida do IVA na alimentação, em particular nos alimentos de origem vegetal, vai para além do objetivo social de mitigar subidas de preços, contribuindo também para a sustentabilidade ambiental do consumo alimentar em Portugal. A medida IV. segue esta linha de pensamento mas de forma inversa, já que sugere descontar as externalidades negativas no apoio aos produtos de origem animal.

Verifica-se também que é o grupo de participantes mais jovens (menos de 30 anos) que concorda menos e dá menor importância a esta medida, enquanto participantes mais velhos (mais de 30 anos) e sem ensino superior concordam mais e dão maior importância. O que poderá estar a causar esta diferença é o facto de as pessoas mais jovens poderem não ser

impactadas diretamente pelo preço, uma vez que podem não ser elas a pagar pelos alimentos que consomem (por exemplo, jovens que vivem com a família). Por outro lado, para as pessoas com mais de 30 anos, o preço poderá ser um importante determinante na compra de alimentos. Participantes sem ensino superior apresentam uma concordância e atribuem importância ligeiramente acima da média a esta medida. O mesmo é evidente para participantes com rendimento inferior a 1500 €, embora as percentagens não sejam tão elevadas quanto as do grupo de participantes sem ensino superior. Tendo em conta que este grupo é maioritariamente constituído por participantes com níveis de rendimento inferiores a 1500 €, evidencia-se uma relação próxima entre participantes sem ensino superior e com rendimentos mais baixos, sendo que ambos concordam mais com esta medida potencialmente devido à situação económica em que se encontram. Nesse sentido, de acordo com a análise, é esperado que quanto mais baixo o rendimento do participante, maior será a concordância e importância que dá à redução do preço dos alimentos.

Estas três medidas, que ocupam o topo das características (tabela 3), também se destacam como as que obtiveram os valores mais baixos de resposta “não sabe” para as três características avaliadas (tabela 4). Este resultado só reforça a convicção da sociedade portuguesa sobre a importância e facilidade de implementação das medidas em causa. Estas podem ser mais fáceis de entender em comparação com outras que necessitam de algum conhecimento mais técnico, o que pode justificar a baixa percentagem de respostas “não sabe”. As medidas parecem ser claras e familiares para a maioria da população, e a informação disponível sobre os benefícios e a implementação das medidas parece ser significativa, o que reduz a incerteza entre participantes. Além disso, medidas relacionadas com a promoção de informação e educação podem influenciar a aceitação das outras medidas que apresentam valores médios mais baixos. Assim, recomenda-se o desenvolvimento destas medidas por parte dos decisores políticos.

Do outro lado do espectro, as **medidas que enfrentam desafios significativos em termos de clareza de benefícios (concordância/importância) e facilidade de implementação** podem estar associadas a falta de conhecimento dos temas abordados ou à sua coercividade. Isto é, o seu impacto é positivo para a sustentabilidade do sistema alimentar, mas poderá colocar em causa a liberdade individual de agentes envolvidos (associados ao negócio da agropecuária), caracterizando-se por ser mais intervencionista. A medida com valores mais baixos (IV, relativa ao desconto das externalidades ambientais da agropecuária) pode necessitar de explicação adicional, uma vez que os participantes não estão familiarizados com termos como “externalidade” e o seu impacto. Para quem está informado, esta medida pode apresentar alguma resistência por parte do próprio sector, já que implica a retirada de apoios. A medida pode ter sido associada a implicações económicas negativas para os produtores, contudo, a literatura apresenta resultados distintos. Um estudo de 2023 concluiu que uma maior predominância de dietas de base vegetal pode gerar mais rendimentos ao setor agrícola.¹¹ Adicionalmente, tal como refere o relatório ‘Strategic Dialogue on the Future of EU Agriculture’, dirigido à Comissão Europeia, pode ser benéfico que determinados produtores recebam apoios para uma transição justa. Por último, a quantificação de tais externalidades negativas é um tema bastante debatido na literatura científica, não existindo um consenso sobre os valores a imputar e cobrar na produção. Uma em cada cinco respostas sobre facilidade de implementação é de “não sabe”, destacando um certo desconhecimento por parte da população.

11. Rieger, J., et al. (2023). From fork to farm: Impacts of more sustainable diets in the EU-27 on the agricultural sector. *Journal of Agricultural Economics*. 74. 10.1111/1477-9552.12530.

Em maior detalhe, é o grupo de participantes com maiores rendimentos (superiores a 1500 €) e de áreas rurais que concorda menos e dá menor importância a esta medida, enquanto participantes com menores rendimentos (inferiores a 1500 €), de áreas urbanas, e mais jovens, concordam mais e dão maior importância. Poderia ser de esperar que participantes com menor rendimento não concordassem tanto com esta medida por receio de aumento de preço de determinados produtos (e vice-versa para participantes com maior rendimento). Porém, o oposto é observado, talvez devido ao facto de poderem ser os participantes com maior rendimento os maiores consumidores dos alimentos afetados por esta medida (alimentos de origem animal). Participantes de maior rendimento podem não apresentar grande preocupação com questões ambientais, pois podem não sentir os efeitos das externalidades com a mesma sensibilidade. Morando em áreas menos afetadas e tendo acesso a recursos que mitigam os impactos negativos, a urgência em resolver esses problemas pode parecer menor. Em contraste, comunidades de menor rendimento frequentemente enfrentam de forma mais direta os efeitos negativos das externalidades, desde a saúde ao bem-estar e qualidade de vida. Neste caso, a literatura científica não é unânime, havendo estudos que concluem que pessoas mais ricas tendem a preocupar-se mais com questões ambientais¹² apesar de também poderem ser uma barreira para a proteção ambiental¹³.

A receita proveniente da implementação desta medida, ou de outras similares, pode ser financiadora de programas sociais e ambientais, melhorias de infraestrutura e serviços públicos para benefício da população em geral e comunidades mais vulneráveis. Esta postura pode facilitar a aceitação de tais imposições que retiram apoios mas, para que tal seja possível, é necessário promover transparência sobre a utilização ou o redirecionamento destes fundos.

A baixa concordância e importância por parte de participantes de zonas rurais pode dever-se ao facto de a agropecuária ser uma atividade mais predominante nestas áreas. A consideração de externalidades no preço de alimentos de origem animal terá um impacto negativo nestas comunidades que dependem do sector. Por sua vez, a juventude poderá estar mais consciencializada e preocupada com o impacto ambiental destes alimentos e, assim, demonstrar maior interesse nesta medida. Isto poderá justificar, em parte, o facto deste grupo não concordar tanto com o apoio fiscal aos alimentos de base vegetal (medida X.). Um motivo para o maior apoio do grupo mais jovem poderá estar relacionado com a sua maior motivação em apoiar medidas de impacto significativo na promoção da sustentabilidade, manifestando, assim, mais concordância com a medida IV. e menor interesse em relação à medida X., uma vez que o impacto desta não é tão significativo ou direto.

As mesmas razões por detrás dos níveis de concordância e importância em torno da medida IV. podem explicar os resultados associados às medidas VIII. e XIV., desde o desconhecimento técnico que deixa pouco claro os benefícios destas medidas, à perceção de complexidade e custo que dificultam a implementação, ou até a perceção de que possam ser prejudiciais. Porém, as propostas baseiam-se em incentivos e a participação é voluntária.

A medida relacionada com a criação de mecanismos de acesso prioritário a terras (XIV.) pode estar associada a mais resistência devido a preocupações sobre a redistribuição de terras e o impacto nas propriedades existentes, além de receios relativos aos desafios logísticos e

12. Fairbrother, M. (2012) Rich people, poor people, and environmental concern: evidence across nations and time. *European Sociological Review*. 29(5):910-922

13. Kaiser, F., & Urban, J. (2024) Wealth as an obstacle and a support for environmental protection. *Journal of Environmental Psychology*. 2024.102449

regulatórios, que podem ser vistos como algo que dificulta a implementação. A percentagem relativamente alta de respostas “não sabe” sugere que muitos participantes não estão familiarizados com os detalhes ou benefícios desta medida, ou podem ter uma percepção errada da mesma. Desta forma, estas três medidas apresentam barreiras significativas à sua materialização, tanto na perspectiva de terem menor apoio por parte da população, como poderem ser relativamente mais difíceis de implementar. Os resultados associados a estas medidas destacam a necessidade de educar e informar a população sobre as medidas aparentemente mais complexas, visto que estas podem ter um impacto importante para uma maior diversificação do sistema alimentar.

Em particular, destaca-se a medida IV. sobre as externalidades, que está diretamente relacionada com o preço real dos bens, o mecanismo principal que regula os mercados e aloca os recursos. Isto é, impostos com intuito de incorporar a externalidade no preço final do produto são mecanismos de mercado eficazes para garantir que os consumidores façam escolhas informadas, podendo-se, com isto, incentivar a procura de produtos mais sustentáveis. As duas outras medidas têm também como base o mecanismo de incentivos, mas na perspectiva da oferta (produtor). Tendo em conta as externalidades positivas da produção sustentável e do consumo de alimentos de origem vegetal, o incentivo visa incorporar essas externalidades e estimular a oferta e procura destes mesmos alimentos.

Para além das medidas anteriores, as medidas I. e II. são as que apresentam as maiores percentagens de desconhecimento, apesar da alta concordância/importância de ambas, em particular no que toca à facilidade de implementação, a par da medida III. (medidas no plano da bioeconomia). O que poderá estar na causa deste resultado é, mais uma vez, a complexidade técnica das medidas que se debruçam com conceitos como “ecorregimes” e “bioeconomia”. Para a população em geral, estes podem ser termos pouco familiares, exigindo informação adicional para compreensão. Tais resultados reforçam a necessidade de educar e informar a população, para que esta seja capaz de tomar decisões mais informadas e, conseqüentemente, mais sustentáveis. Apesar da dificuldade que estas medidas apresentam, principalmente devido ao desconhecimento, a promoção e materialização de medidas que geram opiniões positivas mais consensuais, nomeadamente aquelas associadas à educação ambiental (XII.) e à oferta de refeições de base vegetal nas cantinas públicas (IX.), ajudam a resolver o desafio de implementar políticas que promovam o equilíbrio do sistema alimentar, priorizando alimentos de origem vegetal. Essas medidas podem resultar na mitigação considerável do impacto ambiental, superando a resistência causada pela falta de aceitação, informação e familiaridade.

Destacam-se as **medidas que apresentam uma considerável polarização entre concordância/importância e facilidade de implementação**: as medidas de transparência ambiental e territorialização (VII.) e apoio a agricultores para o cultivo de leguminosas (I.) são vistas como importantes, porém com menor facilidade de implementação. A promoção de políticas alimentares locais (territorialização) e a implementação de rotulagem ambiental (transparência) podem ser consideradas importantes para a transição, mas podem envolver processos burocráticos complexos e regulamentação rigorosa. Para o efeito, é necessária coordenação entre diferentes níveis de governo e agentes locais, o que pode ser visto como um desafio. Relativamente à transparência, os impactos da rotulagem podem ser prejudiciais se as importações não

obedecerem à mesma regulação. A transparência ambiental pode não ser eficaz se não for coordenada em termos supranacionais, incluindo-se entidades como a Comissão Europeia, a Organização Mundial do Comércio, entre outras. Mais ainda, o consenso sobre a forma mais eficaz de rotular pode ser difícil de alcançar por parte da comunidade científica. Uma vez mais, se destaca a importância das medidas de educação ambiental, que podem auxiliar no processo de consciencialização, facilitando a implementação de outras medidas.

O mesmo acontece com a medida de apoio a agricultores para a produção de leguminosas (I.). Em termos gerais, entende-se a importância desta medida. No entanto, os baixos níveis de facilidade podem estar relacionados com a percepção de complexidade administrativa, desde burocracia elevada a questões relacionadas com a gestão de fundos, à resistência à mudança por parte dos próprios agentes do mercado. Os participantes podem perceber uma certa relutância por parte dos agricultores em mudar as suas práticas agrícolas estabelecidas, em particular se não estiverem convencidos dos benefícios a longo-prazo, ou simplesmente por acomodação às práticas usuais (resistência à mudança). No entanto, o cultivo de leguminosas, em rotação ou consociação, pode desempenhar um papel significativo na fertilização natural dos solos, contribuindo para a redução de custos, associada à menor necessidade de uso de fertilizantes químicos, e para a manutenção da biodiversidade. A percepção de que apoiar a produção de leguminosas pode ser difícil de implementar poderá ter a sua causa, mais uma vez, no desconhecimento por parte população geral. Nesta medida, a percentagem de desconhecimento sobre a facilidade é considerável (19,5%), o que sugere que muitos participantes podem não estar totalmente informados sobre os detalhes, processos, e impactos envolvidos na implementação desta medida.

Ainda nas medidas que apresentam forte disparidade, destacam-se a XI. e XIII. Ambas com uma percepção de facilidade relativamente superior, mas de concordância e importância mais baixas, ainda que com percentagens de resposta máxima (5) acima dos 50%. A atualização das diretrizes alimentares pode ser vista como tendo um impacto mais indireto na vida quotidiana das pessoas, e os benefícios de longo-prazo, tanto na saúde como no ambiente, podem não ser tão evidentes no imediato. Grande parte da população pode não estar totalmente familiarizada com as diretrizes alimentares oficiais, o seu papel e o consequente impacto na promoção de uma alimentação saudável e sustentável. Por outro lado, o nível de facilidade percebido pode advir do facto de a atualização destas diretrizes ser feita através de processos administrativos e regulatórios já existentes, sem a necessidade de mudanças estruturais significativas, contrastando, por exemplo, com a percepção de facilidade de conversão de terrenos para produção de alimentos de origem vegetal. Contando já com uma infraestrutura existente, a atualização das diretrizes aparenta ser mais fácil.

A medida XV., que propõe a criação de uma "Estratégia Nacional para a Proteína Verde", é agregadora de outras medidas analisadas e visa também aumentar a autossuficiência alimentar em Portugal, especialmente no que diz respeito à produção de leguminosas. A medida recebeu alguma concordância e importância, com a facilidade de implementação a ser percebida de forma um pouco mais cautelosa. Importante destacar que, à data da elaboração deste relatório, o Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC), do Governo português, integrou explicitamente a criação de uma medida para "criar uma estratégia nacional para promover o consumo de proteína vegetal". Esta medida, entre outras ações, inclui a capacitação formativa e reforço de oferta de refeições de base vegetal nas cantinas públicas, alinhando-se diretamente com os objetivos da medida XV., e a promoção de campanhas de divulgação acerca dos benefícios do consumo de proteína vegetal.



он ска-
своей страны, выступал со
Кальман Микса (северная часть Венгрии с полуострова
Ноград (северная часть Венгрии с полуострова
Римасомбат населением), в семье небогатого
в Рудольфи (1848—1849 гг. Их
показали влияние и на духовное
поступил на юридиче-
университета. Он
жизнь раз-
как он

...слеснящихся католли-
...ли и про-
...свещская
...в

4. Conclusões e recomendações

A análise dos resultados do estudo conduzido pelo NECE revela dados importantes sobre a receptividade da sociedade portuguesa às políticas públicas propostas para promover um sistema alimentar mais sustentável, que privilegia fontes proteicas de base vegetal, com especial destaque para as leguminosas.

Em suma, as **Políticas com Maior Apoio** estão relacionadas com capacitação formativa e transparência ambiental (informação e educação), sendo que incentivos fiscais receberam os níveis mais altos de concordância e importância. Isso sugere que medidas que promovem uma escolha mais informada e oferecem benefícios diretos (descida dos preços) são mais bem recebidas pela população. Destacam-se: Capacitação de Estudantes e Educação Ambiental (XII.); Alívio Fiscal para Leguminosas, Frutas e Hortícolas (X.); Capacitação e Reforço de Oferta de Refeições de Base Vegetal nas Cantinas (IX.); Criação de Programas para Jovens Agricultores (I.); Promoção de Territorialização e Transparência Ambiental (VII); e Criação de uma “Estratégia Nacional para a Proteína Verde” (XV.).

As **Políticas com Menor Apoio** são as que exigem mudanças estruturais ou conhecimento técnico especializado. Destacam-se: Descontar as Externalidades Ambientais da Agropecuária (IV.); Incentivo à Conversão de Terrenos para Produção Sustentável (VIII.); e Mecanismos Prioritários de Aquisição de Terras (XIV.).

Como **Implicações para Políticas Públicas**, os resultados indicam que certas medidas já apresentam uma perceção e apoio bastante positivos por parte da população, o que, por sua vez, aumenta a sua viabilidade e devem ser priorizadas. Por outro lado, para aumentar a viabilidade de outras propostas, é crucial considerar a facilidade de implementação. Políticas que são percecionadas como difíceis de implementar podem justificar a sua inviabilidade por parte dos decisores políticos. Podem necessitar de estratégias adicionais de educação e capacitação, como programas que procurem aumentar o conhecimento técnico e a compreensão das políticas, e de iniciativas de comunicação e sensibilização, com foco na consciencialização sobre os benefícios da proteína vegetal. Podem ainda ser necessárias infraestrutura e adaptação técnica para facilitar a implementação das políticas. A aceitação por parte da população é tão importante como os recursos materiais, financeiros e logísticos necessários para a materialização das medidas. Caso a população esteja relutante ou veja uma medida como sendo difícil, e por consequência ineficiente na utilização de recursos, os decisores políticos poderão ter menos interesse na sua implementação. Em contraste, caso uma medida seja implementada mas carece de apoio popular, a sua viabilidade poderá ser reduzida no longo-prazo.

As **Recomendações Finais** assentam em priorizar medidas de alta concordância e importância, focando em políticas que já têm forte apoio público; facilitar a implementação destas, desenvolvendo estratégias para tornar a implementação das políticas mais acessível e prática; promover a participação comunitária, envolvendo a comunidade em todas as etapas do processo de implementação para garantir que as políticas atendam às necessidades e expectativas de todos os agentes da sociedade civil envolvidos; e monitorizar e avaliar por via de implementação de sistemas de monitorização do progresso das medidas, garantindo o acompanhamento transparente das ações. A transparência nas políticas é, assim, crucial, tanto na implementação, como na apresentação dos resultados e gestão dos fundos utilizados e receita gerada.

As perceções aqui analisadas são fundamentais para decisores políticos delinearem estratégias que visam uma maior diversidade, segurança e sustentabilidade alimentar, por via da promoção dos alimentos de origem vegetal, com benefícios para a saúde pública. Deve dar-se especial atenção às medidas que combinam alta concordância com facilidade de implementação, pois estas são mais propensas a ser aceites pela população e pelos agentes económicos, contribuindo para o seu sucesso prático. Adicionalmente, é essencial desenvolver campanhas de consciencialização para educar a população sobre os benefícios das políticas do sistema alimentar e, assim, aumentar a aceitação e o apoio aos objetivos de sustentabilidade. A colaboração entre diferentes organismos e ministérios do Governo, instituições educativas e a sociedade civil é fundamental para superar as barreiras identificadas e garantir a eficácia das políticas propostas. Estas conclusões fornecem uma base sólida para a formulação de iniciativas públicas que promovam um sistema alimentar mais sustentável e ecológico em Portugal, com benefícios para a saúde pública, resiliência da economia e soberania alimentar.



